

Carta da ASSIBGE Sindicato Nacional, órgão representativo dos trabalhadores do IBGE, ao gabinete de transição do novo Governo Federal

Vivemos em um período da história caracterizado como "era da informação". Este novo paradigma técnico-econômico compreende transformações sociais, entre elas técnicas e organizacionais, que têm como "fator chave" a informação, a grande disponibilidade delas é resultado dos avanços das tecnologias da informação e comunicação (TIC). Entretanto, além da redução impactante dos custos de produção e da ampliação da velocidade de transmissão, a característica essencial da informação é a confiabilidade. Essa característica é conferida aos órgãos oficiais de produção de estatística, na medida em que estes compõem a estrutura do Estado, estando pautados por um conjunto de princípios que norteiam a sua atuação, tais como independência, autonomia, transparência, publicidade, comparabilidade internacional entre outros.

O IBGE nasceu em 1936 com a atribuição de organizar e manter os serviços oficiais de estatística e de informações geocientíficas, o órgão também está intrinsecamente ligado à elaboração e execução de planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico social. Essa atividade, quase 90 anos após a fundação do IBGE, nunca foi tão central tendo em vista a necessidade de promover planejamentos e avaliação de políticas públicas em nível nacional e subnacionais que possam contribuir para superar os problemas da nossa sociedade, como a falta de emprego, o nível de (des)industrialização da economia, a carestia, a degradação ambiental, a violência, a fome e a miséria, e para a construção de uma cidadania realmente efetiva. O IBGE é uma instituição de produção de informações científicas, desde sua fundação, o que é reafirmado pela CF 88, as atribuições do IBGE estão mais claramente expressas no artigo 21, inciso XV. Na constituição figuram também diversas áreas nas quais a instituição possui papel fundamental, pois é o órgão que produz os insumos necessários para a implantação de políticas públicas.

Além de caráter científico, o IBGE produz dados para o interesse público que possui usuários em toda sociedade, entre eles: academia, organizações não governamentais, empresas nos mais diversos ramos da sociedade e, principalmente, o Estado utiliza as informações produzidas pelo órgão para gestão de políticas públicas. Assim, as informações produzidas pelo IBGE, como elementos estruturadores de políticas públicas nas diferentes fases (diagnóstico, monitoramento e avaliação de impactos), precisam se adequar em termos de diversidade temática e acompanhar as mudanças que ocorrem na sociedade.

As informações produzidas pelo IBGE, ao longo de sua história, assim, revelaram no passado e continuam demonstrando no presente, que o Brasil é um país desigual em várias dimensões, em termos de renda, sexo, cor ou raça, região e em termos digitais. E, para a constituição de todos os brasileiros como cidadãos, o país necessita da garantia de informações públicas, relevantes, tempestivas, de fácil acesso e com credibilidade. Em tempos de *fake news*, a garantia dessas informações fidedignas é um dever importante do Estado.

O IBGE que o Brasil precisa é aquele com condições materiais para atendimento das demandas da sociedade, que são crescentes e requerem cada vez mais detalhamento notadamente no âmbito territorial. Então, o órgão precisa estar disponível para realizar as alterações e adaptações necessárias para tal atendimento e contemplar suas mudanças ao longo do tempo. Com o advento da sociedade da informação, pautada no desenvolvimento das TICs, o IBGE foi atravessado por essas inovações. Por ser uma instituição produtora de informações, houve alteração completa dos processos de trabalho, além de terem sido necessárias atualizações metodológicas e a adoção de inovações, que também acompanharam a diversificação das demandas. Apesar do seu desempenho e do seu papel estratégico, o IBGE sofre com a imposição de limites à sua capacidade de produção, ao mesmo tempo em que se ampliam as demandas e os desafios de retratar a realidade brasileira. O rompimento desses limites se dará, em parte, pela imperiosa revogação da Emenda Constitucional 95, que limita os gastos públicos por 20 anos, impondo uma situação de asfixia aos serviços e aos servidores públicos.

Além disso, solicitamos do governo eleito um compromisso com o IBGE e com os seus trabalhadores nos seguintes pontos:

1. Concurso público para reposição do quadro de funcionários. A instituição precisa de pessoal qualificado permanente para cumprir sua missão e sofreu na última década redução drástica de seu quadro. Em 2010, o IBGE contava com aproximadamente 7 mil servidores efetivos e, atualmente, possui 4 mil. A direção solicitou autorização para concursar 2500, porém há mais de 7 mil cargos vagos. Atualmente, dos 4 mil servidores efetivos ativos, 24% podem se aposentar a qualquer momento.

Outro ponto se refere ao esvaziamento da rede de coleta. Atualmente, 80% das 570 agências do IBGE possuem somente até 3 servidores efetivos e 20% possuem apenas um efetivo.

Os trabalhadores temporários correspondem a mais de 50% da força de trabalho da instituição. É inevitável que levantamentos esporádicos, como o Censo Demográfico, se apóiem em grande parte em pessoal temporário, mas atualmente o IBGE depende completamente de temporários para execução das mais básicas atividades regulares, como as pesquisas permanentes a respeito do mercado de trabalho, índice de preços, atividade econômica. Esses trabalhadores temporários, com baixa remuneração e alta rotatividade, Enfim, todo o retrato da nossa estrutura produtiva que se consolida no sistema de contas nacionais e portanto, no cálculo do PIB e demais agregados econômicos.

O mesmo ocorre com o levantamento de informações geográficas e geológicas – o IBGE depende do pessoal temporário para atualização da Base Territorial, do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE)¹ e a atualização das informações de geodésia², ou seja, pontos no território com informação de Latitude, Longitude e Altitude.

Além disso, o avanço do programa de trabalho do IBGE - e dos institutos de estatística pelo mundo - está exigindo recursos humanos de alta qualificação que possam desenvolver projetos com uso intensivo de registros administrativos e *bigdata* e tenham condições de realizar a gestão das relações institucionais com outros órgãos (há como exemplo o projeto dos indicadores de ODS) e informantes. Além do já conhecido intenso trabalho de escritório que a realização desses inquéritos exige na especificação, negociação com os outros órgãos, planejamento, operacionalização, crítica e divulgação³. Enfatizando que a contratação de trabalhadores de nível superior tem apresentado percentual crescente no total de efetivos da instituição nos últimos anos.

Assim a realização de concurso para servidores de nível superior e intermediário é condição de sobrevivência do IBGE. Precisamos de trabalhadores para planejar e analisar os levantamentos do IBGE bem como aqueles que conduzirão os trabalhos de campo, realizando os treinamentos necessários, orientando o trabalho imediato da coleta e fazendo o primeiro nível de crítica de consistência de cada pesquisa em todas as agências do IBGE.

2 - Orçamento adequado. O orçamento do IBGE tem sido progressivamente declinante em termos reais. O orçamento previsto na PLOA 2023 para o orçamento regular do IBGE (isto é, exclusive as verbas específicas do Censo Demográfico) é 28% inferior, em termos reais, à dotação prevista na LOA de 2014.

O austericídio está prejudicando o funcionamento cotidiano da Instituição e inviabilizando o planejamento da instituição. No ano corrente, o IBGE tem atrasado pagamento de contas de aluguel, água, luz e de funcionários terceirizados de limpeza.

Em anos recentes, os cortes orçamentários implicaram em adiamentos, suspensão e cancelamentos de uma série de pesquisas essenciais - caso do Censo Agropecuário e a Pesquisa de Orçamento Familiar (realizados com atraso) e da Contagem Populacional de 2015 (cancelada) e de diversos outros levantamentos. O IBGE também depende

¹ O CNEFE ajuda prefeituras, secretarias estaduais e municipais de planejamento e empresas públicas e privadas a produzir pesquisas, realizar levantamentos, executar ações emergenciais, entre outras finalidades. No Cadastro, é possível obter, gratuitamente, por exemplo, todos os endereços de um determinado distrito.

² Os Marcos Geodésicos são úteis como pontos de referências em atividades de Engenharia, Geografia, Topografia e Agrimensura, entre outros. Eles compõem redes com informações sobre a superfície por todo o País.

³ Conforme detalhado pelo *Generic Statistical Business Process Model* – GSBPM -desenvolvido pela UNECE

atualmente de verbas externas, de outros órgãos de governo, para realização de levantamentos temáticos – essa forma de financiamento, de carácter volátil é incompatível com a necessidade de estabilidade para estruturação de um sistema de informações.

É importante ressaltar que a sociedade demanda cada vez mais produção de dados estatísticos e geográficos, implicando a necessidade de ampliação do plano de trabalho do IBGE.

3 - Valorização profissional:

- a. nova carreira – sindicato e direção do IBGE acordaram ainda em 2014 uma proposta de reestruturação da carreira. Desde então, não houve nenhum avanço concreto em sua implantação. A reestruturação implica um ambiente de mais estabilidade para fixar novos quadros técnicos e valorizar os quadros sênior;
- b. reajuste salarial – os servidores efetivos estão sem reajuste salarial desde 2017, resultado da última negociação salarial de 2015 antes do golpe de 2016. Acumulamos uma perda de 36,7% (IPCA de janeiro de 2017 a outubro 2022);
- c. plano de atualização técnica por meio de cursos de qualificação e projetos de cooperação técnica com outras instituições brasileiras e estrangeiras – esses eventos são fundamentais para qualificar os servidores e aumentar a nossa inserção e possibilidade de influenciar o cenário internacional das estatísticas públicas.
- d. aumento emergencial da remuneração dos trabalhadores temporários envolvidas nas pesquisas permanentes do IBGE. Eles recebem atualmente R\$ 1.387,00. A reivindicação é aumento para o valor do piso da carreira de técnico do IBGE no valor de R\$ 2.455,27.
- e. alteração nos contratos dos Agentes de Pesquisa e Mapeamento (APMs) e Agentes de Pesquisa por Telefone, passando de renovação mensal para anual como forma de reduzir a precariedade dos contratos de trabalho que o IBGE põe em prática a Lei nº 8745/1993 (Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público).

4- Garantia de autonomia técnica para IBGE, garantindo a manutenção da qualidade da informação, com devida conformidade com as normas, regras ou projetos, a verificação técnica da adequação dos meios aos fins propostos e de consistência das informações.

5 - Fortalecimento do papel do IBGE como coordenador do sistema estatístico, por meio da implantação do Sistema Nacional de Informações Oficiais. Atualmente o IBGE é formalmente o coordenador do Sistema Estatístico Nacional (Decreto-Lei nº 161/1967 e Lei nº 6.183/1974), mas não há base legal e institucional para que essa função seja de fato exercida. Para concretizar esse papel é fundamental que haja um diálogo permanente entre o IBGE e os demais órgãos do estado produtores de informações estatísticas e geocientíficas.

6 – Ampliação da base legal para acesso a registros administrativos. É fundamental que o órgão oficial de estatística - que garante o sigilo das informações, confirme previsto na Lei nº 5.534/1968 -, tenha acesso aos registros de órgãos públicos, proporcionando economia na coleta de informações e racionalização na solicitação de informações aos cidadãos pelo Estado, bem como conferiria mais qualidade às informações produzidas, tanto pelos registros administrativos, quanto pelo IBGE – permitindo melhor de pesquisas amostrais, verificação de cobertura, calibração de pesos amostrais, produção de estatísticas sem operações de coleta etc).

7 - Criação de espaços de escuta ativa da sociedade (Fóruns, Grupos de Trabalho, Câmaras Técnicas) sobre o escopo temático da produção estatística e geográfica e sobre as estratégias do órgão para fazer face a tais demandas.

8 - Democratização do órgão, com a implantação de planejamento do programa de trabalho com os trabalhadores, bem como o preenchimento de cargos de direção por processo eleitoral, como ocorre hoje em órgão como a FIOCRUZ e nas universidades públicas.

Em função do exposto, pedimos um compromisso com os pontos que constam nesta Carta. Ao mesmo tempo, a ASSIBGE-SN se disponibiliza quaisquer esclarecimentos.

Cordialmente,

Executiva Nacional da ASSIBGE-SN